

**PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE [•], A EDP DISTRIBUIÇÃO E A EDP
SERVIÇO UNIVERSAL**

ENTRE,

A PRIMEIRA OUTORGANTE

A **CÂMARA MUNICIPAL DE [•]**, outorgando em nome do **MUNICÍPIO DE [•]**, entidade titular do cartão de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública n.º [•], sediada na [•], representada neste acto pelo Presidente da Câmara, Senhor [•], daqui em diante abreviadamente designada por **CÂMARA MUNICIPAL DE [•]**,

A SEGUNDA OUTORGANTE

EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S.A., com sede na Rua Camilo Castelo Branco, 43, 1050-044 Lisboa, com o capital social de 200 000 000,00 Euros, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número único de matrícula e identificação de pessoa colectiva 504 394 029, neste acto representada pelo Eng.º João José Saraiva Torres, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, e pelo Eng.º Miguel Stilwell de Andrade, na qualidade de Administrador, daqui em diante abreviadamente designada por **EDP Distribuição**.

A TERCEIRA OUTORGANTE

EDP SERVIÇO UNIVERSAL, S.A., com sede na Rua Camilo Castelo Branco, 43, 1050-044 Lisboa, com o capital social de 10 100 000,00 Euros, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número único de matrícula e identificação de pessoa colectiva 507 846 044, neste acto representada pelo Eng.º João José Gomes de Aguiar, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, e pelo Eng.º José Luís Santos Pires, na qualidade de Administrador, daqui em diante abreviadamente designada por **EDP SERVIÇO UNIVERSAL**.

Considerando que:

- a) A exploração das redes de distribuição de electricidade em baixa tensão (BT) é atribuída mediante contratos de concessão de serviço público, em exclusivo, outorgados pelos municípios, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 344-B/82, de 1 de Setembro, o qual estabelece os princípios gerais de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão, bem como as condições a que devem obedecer os contratos de concessão a favor da EDP quando a exploração seja feita nesse regime, e do n.º 3 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de Fevereiro, o qual estabelece os princípios gerais relativos à organização e funcionamento do sistema eléctrico nacional, bem como ao exercício das actividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de electricidade e à organização os mercados de electricidade, transpondo para a ordem jurídica interna os princípios da Directiva n.º 2003/54/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho, que estabelece regras comuns para o mercado interno de electricidade e revoga a Directiva n.º 96/92/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Dezembro;
- b) Foi celebrado o Contrato de Concessão de Distribuição de Electricidade em Baixa Tensão (BT) entre o **MUNICÍPIO DE [•]** e a **EDP DISTRIBUIÇÃO**;
- c) O referido Contrato de Concessão teve por base o modelo aprovado em anexo à Portaria n.º 454/2001, de 5 de Maio;
- d) Nos termos do n.º 1 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 29/2006, as concessões de distribuição de electricidade em BT, atribuídas e renovadas nos termos do Decreto-Lei n.º 344-B/82, de 1 de Setembro, em vigor à data de entrada do diploma, mantiveram-se na titularidade das respectivas concessionárias;

- e) Pela exploração da concessão, a **EDP DISTRIBUIÇÃO** paga à **CÂMARA MUNICIPAL DE [•]** uma renda, calculada nos termos do Decreto-Lei n.º 230/2008, de 27 de Novembro;
- f) A **EDP SERVIÇO UNIVERSAL** presta o fornecimento de electricidade à **CÂMARA MUNICIPAL DE [•]**, na qualidade de comercializador de último recurso, nos termos do n.º 1 do artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de Fevereiro e do artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de Agosto, o qual desenvolve os princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento do sistema eléctrico nacional (SEN), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de Fevereiro, regulamentando o regime jurídico aplicável ao exercício das actividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de electricidade e à organização dos mercados de electricidade;
- g) Entre a **EDP DISTRIBUIÇÃO** e a **EDP SERVIÇO UNIVERSAL** foi celebrado um contrato de prestação de serviços, mediante o qual está cometida à **EDP DISTRIBUIÇÃO**, através do Gabinete de Relações Institucionais, a gestão das dívidas das Câmaras,

É CELEBRADO O PRESENTE PROTOCOLO QUE SE REGE PELO DISPOSTO NAS CLÁUSULAS SEGUINTE:

Cláusula Primeira

(Objecto)

1 – Pelo presente Protocolo, a **CÂMARA MUNICIPAL DE [•]** reconhece a dívida para com a **EDP SERVIÇO UNIVERSAL** e a **EDP DISTRIBUIÇÃO**, no valor global de **[•]** Euros (**[•]**), correspondente às facturas de fornecimento de energia eléctrica em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE), Baixa Tensão Normal (BTN) e de Prestações de Serviços diversos, as quais se encontram discriminadas em **Anexo**, e que foi apurada à data de **[•]**.

2 – Pelo presente Protocolo, as Partes acordam os termos, condições e datas de pagamento da dívida a que se refere o número anterior.

3 – O pagamento da dívida será efectuado em [•] ([•]) prestações mensais, as quais se vencerão no último dia útil de cada mês, nos termos seguintes:

| ANOS | MESES | Valor |
|------|-------|-------|
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |

4 – Todas as outras facturas emitidas ou a emitir pela **EDP SERVIÇO UNIVERSAL** e pela **EDP DISTRIBUIÇÃO** durante a execução do presente Protocolo serão pagas atempadamente, sejam aquelas referidas aos consumos correntes ou a outros encargos, sob pena de resolução imediata do presente Protocolo

5 – Haverá também lugar à resolução do Protocolo em caso de incumprimento, em mais de uma ocasião, das obrigações e prazos estipulados nesta Cláusula.

6 – Em caso de resolução do Protocolo, nos termos dos números anteriores, a **EDP SERVIÇO UNIVERSAL** e a **EDP DISTRIBUIÇÃO** têm o direito de cobrar o montante em dívida, incluindo todas as prestações, por recurso aos tribunais competentes, sem prejuízo do disposto na Cláusula Quinta.

Cláusula Segunda

(Condições de Pagamento)

1 – O pagamento pela **CÂMARA MUNICIPAL DE [•]** das prestações a que se refere a Cláusula anterior será efectuado por cheque ou por transferência bancária para o NIB 0035 0278 0000560063092, a enviar ou a efectuar nas datas previstas na Cláusula anterior.

2 – Caso opte pelo pagamento por cheque, a **CÂMARA MUNICIPAL DE [•]** emitirá o mesmo à ordem da **EDP DISTRIBUIÇÃO**, enviando-o, nas datas previstas, para a da **EDP DISTRIBUIÇÃO**, ao cuidado do Gabinete de Relações Institucionais, na Rua Camilo Castelo Branco n.º 43 – 2.º 1050-044 Lisboa, ou para outra morada que venha a ser indicada, por escrito, pela **EDP DISTRIBUIÇÃO**.

3 – Os aludidos pagamentos serão imputados a facturas enviadas pela **EDP SERVIÇO UNIVERSAL** ou pela **EDP DISTRIBUIÇÃO**, por antiguidade de dívida, tratando-se de facturas com igual antiguidade serão primeiro consideradas as facturas correspondentes a dívidas de fornecimento em MT e BTE seguidas das facturas de BTN, e, por último, a facturas da **EDP DISTRIBUIÇÃO** por prestações de serviços.

Cláusula Terceira

(Juros)

1 – A **CÂMARA MUNICIPAL** de [•] pagará os juros de mora, vencidos e vincendos, correspondentes a cada uma das facturas identificadas em anexo ao Protocolo até integral pagamento das mesmas.

2 – Para efeitos do número anterior, os juros de mora são calculados por aplicação das taxas de juros comerciais, de acordo com as taxas aplicáveis, e serão debitados: i) mensalmente, para a facturação MT/BTE; ii) com a primeira factura que for emitida após o pagamento da factura em mora, no caso da facturação de instalações de consumo em BTN.

3 – A **CÂMARA MUNICIPAL** de [•] efectuará o pagamento das notas de débito dos juros na data do respectivo vencimento ou, se for o caso, simultaneamente com o pagamento da facturação corrente do consumo de energia eléctrica que se vencer durante a execução do presente Protocolo.

Cláusula Quarta

(Consignação das rendas e compensação com as rendas)

1 – Nos meses em que for devido o pagamento da renda a que se refere a alínea e) dos considerandos, a **CÂMARA MUNICIPAL DE [•]**, na qualidade de credora da prestação, desde já autoriza a **EDP DISTRIBUIÇÃO**, que assim se compromete, a entregar os montantes em causa à **EDP SERVIÇO UNIVERSAL**, a qual assim o aceita, por conta do pagamento de consumo corrente de energia eléctrica para fins de iluminação pública, bem como de outros consumos facturados durante a vigência do presente Protocolo.

2 – Para os efeitos mencionados no número anterior, a **EDP DISTRIBUIÇÃO**, através do Gabinete de Relações Institucionais, enviará à **CÂMARA MUNICIPAL DE [•]** a listagem actualizada de facturas de consumo corrente cujo pagamento será objecto da consignação de rendas.

3 – A **CÂMARA MUNICIPAL DE [•]** desde já autoriza a **EDP DISTRIBUIÇÃO** a efectuar compensação entre os créditos de que esta for titular, correspondentes a facturas emitidas durante a execução do presente Protocolo, e a renda devida ao município.

Cláusula Quinta

(Interrupção de fornecimento de energia eléctrica)

Em caso de incumprimento do presente Protocolo ou de falta de pagamento dos consumos facturados, a **EDP SERVIÇO UNIVERSAL**, na qualidade de comercializadora de último recurso, poderá solicitar à **EDP Distribuição**, na qualidade de operador de redes de electricidade, a interrupção de fornecimento, nos termos aplicáveis, constantes do Regulamento de Relações Comerciais, cuja versão actual foi aprovada no Anexo I do Regulamento 496/2011, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 19 de Agosto.

Cláusula Sexta

(Prescrição)

A **CÂMARA MUNICIPAL DE [•]** desde já renuncia a qualquer invocação da prescrição de quantias devidas ao abrigo do presente Protocolo, estejam estas previstas na Cláusula Primeira ou sejam resultantes de facturas emitidas durante o período de respectiva vigência.

Cláusula Sétima

(Força Maior)

1 – Em caso de verificação de circunstâncias de força maior, que devem ser adequadamente comprovadas, qualquer uma das Partes deixará de estar obrigada ao cumprimento das respectivas obrigações, durante o período em que tais circunstâncias persistam. Estas devem estar fora do controlo e previsão das Partes e devem impossibilitá-las de agir em conformidade com o Protocolo.

2 – Para efeitos do presente Protocolo, entende-se por casos de força maior os eventos imprevisíveis e insuperáveis, alheios à vontade ou ao controlo das Partes que as impeçam total ou parcialmente, definitiva ou temporariamente, de cumprirem as suas obrigações.

3 – A Parte, quando afectada por alguma das causas de força maior previstas deverá notificar de imediato as outras Partes da sua ocorrência.

4 – No prazo de 8 (oito) dias após o início de qualquer situação de força maior que possa causar mora ou impossibilidade definitiva de cumprimento, a Parte que o invocar

deverá fazer prova do evento invocado e dos seus eventuais efeitos sobre os prazos contratuais, bem como que desenvolveu as acções ao seu alcance para reduzir o impacto na execução do Protocolo.

5 – Caso ocorra uma situação de força maior, nos termos estabelecidos nos números anteriores desta Cláusula, que impeça o pontual pagamento das prestações previstas no presente Protocolo, o prazo estabelecido para o seu cumprimento deverá ser prorrogado pelo período correspondente ao atraso daí resultante.

6 – Após a cessação do evento de força maior, as Partes acordarão as medidas necessárias para recuperar o atraso que desta possa resultar e minimizar as suas consequências.

Cláusula Oitava

(Vigência e caducidade do Protocolo)

O Protocolo entra em vigor no dia da sua assinatura e vigorará até à execução de todas as obrigações constantes do mesmo, caducando quando todos os pagamentos nele previstos se encontrem efectuados.

Cláusula Nona

(Cessão de posição contratual)

Nenhuma das Partes poderá ceder a respectiva posição contratual no presente Protocolo, total ou parcialmente, a título gratuito ou oneroso.

Cláusula Décima

(Alterações ao Protocolo)

Quaisquer alterações ao Protocolo terão de ser acordadas entre todas as Partes e reduzidas a escrito, sob pena de não serem eficazes.

Cláusula Décima Primeira

(Redução do Protocolo)

Caso alguma das disposições do presente Protocolo venha a ser declarada ou considerada ilegal, ineficaz, nula ou anulada, cada Parte ficará isenta das suas obrigações decorrentes da mesma, mas tão-somente na medida em que essa disposição seja ilegal, ineficaz, nula ou tenha sido anulada. As Partes obrigam-se, neste caso, a substituir a cláusula declarada nula por outra que reproduza, na medida do permissível e com a maior fidelidade possível, a intenção das Partes à data de celebração do presente Protocolo.

Cláusula Décima Segunda

(Comunicações)

1 – As comunicações a realizar no âmbito do Protocolo deverão ser efectuadas nos termos da presente Cláusula.

2 – As comunicações serão efectuadas por escrito e entregues em mão, ou enviadas por correio registado, com aviso de recepção, por fax, ou por e-mail com recibo de leitura, para os endereços das Partes respectivas que constam do presente Protocolo ou que qualquer das Partes tenha indicado por escrito às outras Partes, e assinadas pelo representante da Parte designado para o efeito.

Cláusula Décima Terceira

(Resolução de litígios)

1 – As Partes comprometem-se a desenvolver de boa-fé todos os esforços no sentido de resolver de forma consensual qualquer litígio emergente do presente Protocolo.

2 – Para os efeitos do número anterior, a questão deverá ser suscitada por escrito, com indicação expressa dos factos em que a Parte que a suscita fundamenta a sua posição e remetida às restantes Partes, as quais se deverão pronunciar nos mesmos termos, num prazo máximo de 15 (quinze) dias. Findo este prazo e caso a questão não tenha sido entretanto solucionada, será a matéria em causa submetida a nova apreciação pelas Partes e discutida em reunião a realizar no prazo de 4 (quatro) dias úteis a contar do termo do prazo anteriormente fixado, na qual se procurará obter uma resolução

consensual.

3 – No caso de não ser possível alcançar um acordo nos termos dos números anteriores, qualquer uma das Partes poderá recorrer aos tribunais competentes.

Cláusula Décima Quarta

(Disposições Finais)

O presente Protocolo regula todas as relações entre as Partes no que toca à matéria dele objecto, revogando ou alterando qualquer entendimento que existisse previamente sobre a mesma matéria.

O presente Protocolo é celebrado em 3 (três) exemplares, de igual valor, sendo um para cada uma das Partes.

ANEXO

Lista de facturas a que se refere o n.º 1 da Cláusula Primeira

Data, [•]

A CÂMARA MUNICIPAL DE [•]

A EDP DISTRIBUIÇÃO – ENERGIA, SA

A EDP SERVIÇO UNIVERSAL, SA